



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ESTER MARIA DE OLIVEIRA SILVA

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Maceió – AL
2025

ESTER MARIA DE OLIVEIRA SILVA

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas como parte dos requisitos para
obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nascimento Silva

Maceió – AL
2025

**Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Gislaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

S586e Silva, Ester Maria de Oliveira.

Estado e políticas públicas no capitalismo dependente / Ester Maria de Oliveira Silva. – 2025.

52 f. : il.

Orientador: Adriano Nascimento Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social: Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 51-52.

1. Capitalismo. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Políticas sociais. 4. Neoliberalismo. I. Título.

CDU: 36:330.342.14



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como parte
dos requisitos para obtenção do título de bacharel.**

Documento assinado digitalmente

gov.br ESTER MARIA DE OLIVEIRA SILVA
Data: 12/03/2025 20:48:56-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Discente: Ester Maria de Oliveira Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 11/02/2025.

Título: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente

gov.br ADRIANO NASCIMENTO SILVA
Data: 12/03/2025 20:41:30-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

**Prof. Dr. Adriano Nascimento Silva
(Orientador)**

Documento assinado digitalmente

gov.br THAYS KAROLLINE DOS SANTOS FIDELIS
Data: 12/03/2025 20:38:16-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

**Dra. Thays Karolline dos Santos Fidellis
(Avaliador Interno)**

Documento assinado digitalmente

gov.br ANTONIO UGA NETO
Data: 13/03/2025 10:35:30-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

**Doutorando Antônio Ugá Neto
(Avaliador Externo)**

Esse trabalho é dedicado aos meus pais e a todos os
trabalhadores latino-americanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por esta comigo durante todos os momentos desta caminhada.

Agradeço aos meus pais por sempre me apoiarem e estarem comigo dos momentos mais fáceis aos mais difíceis, com palavras de conforto e ajuda, e por terem se dedicado todos esses anos para que eu conseguisse ter uma educação de boa qualidade.

Agradeço também a todos que foram surgindo durante esta caminhada acadêmica, as amizades que foram se formando e se fortalecendo aos longos dos anos, que contribuíram de forma direta ou indiretamente em todo o processo dessa jornada.

Agradeço também ao meu orientador o Professor Doutor Adriano Nascimento Silva, que me orienta desde o segundo período da graduação, inicialmente com a iniciação científica (PIBIC) e posteriormente com a monitoria que me trouxeram importantes contribuições em minha formação acadêmica, que foi de onde surgiu o incentivo para a pesquisar sobre o tema escolhido para este trabalho.

Agradeço também as minhas supervisoras de estágio, a Doutora Jonorete de Carvalho e a Assistente Social Joissy Evany, que trouxeram contribuições importantes sobre a atuação profissional de um Assistente Social.

Este trabalho é o resultado de início da curiosidade de uma menina em compreender o desenvolver da região em que vive, dos “porquês” que a América Latina tinha um certo desenvolvimento durante algumas décadas e depois foi regredindo, dos documentários que assistia junto com o pai que falavam sobre a economia latino-americana e que ao se chegar à graduação com os debates realizados durante as aulas e também no Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente consegui entender e suprir aquela dúvida que surgiu desde a infância.

RESUMO

Este trabalho aborda as características dos países de Capitalismo Dependente dentro do desenvolvimento da economia mundial, pontuando as formas particulares em que o Estado se apresenta nesses países, por meio de um contexto histórico debatendo além das formas estatais, mas, também o modo como o Estado se apresenta contribuindo para a manutenção da superexploração dos trabalhadores. Argumentando como a ação do Estado interfere no financiamento das políticas sociais e o que essa interferência causa na vida dos trabalhadores dos países latino-americanos, em especial a classe trabalhadora brasileira e a sua luta pela efetivação de seus direitos. Tendo como base uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, abordado o surgimento das ideias neoliberais no contexto do capitalismo dependente dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Estado; Políticas Sociais; Capitalismo Dependente; Neoliberalismo;

ABSTRACT

This paper addresses the characteristics of Dependent Capitalism countries within the development of the world economy, highlighting the particular forms in which the State presents itself in these countries, through a historical context debating not only the State forms, but also the way in which the State presents itself contributing to the maintenance of the overexploitation of workers. Arguing how the State's action interferes in the financing of social policies and what this interference causes in the lives of workers in Latin American countries, especially the Brazilian working class and its struggle for the realization of its rights. Based on a bibliographic and documentary research methodology, it addresses the emergence of neoliberal ideas in the context of dependent capitalism within Brazilian society.

Keywords: State; Social Policies; Dependent Capitalism; Neoliberalism;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BGU - Balanço Geral da União

CF 88 - Constituição Federal de 1988

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TMD - Teoria Marxista da Dependência

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO SOCIAL DEPENDENTE.....	12
1.1 Formação social e modo de produção.....	12
1.2 Transferência de valor como intercâmbio desigual.....	16
1.3 A Centralidade da superexploração da força de trabalho.....	22
1.4 A Separação dos ciclos do capital.....	24
CAPÍTULO 2: O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE E AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	28
2.1. O Estado capitalista em geral.....	28
2.2. O Estado no capitalismo dependente.....	31
2.3. Estado e fundo público no capitalismo dependente brasileiro.....	36
2.4 As particularidades do neoliberalismo no capitalismo dependente.....	41
2.5 As políticas sociais no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Partindo das questões que fazem parte do desenvolvimento econômico dos países periféricos dentro da economia mundial, e tendo em vista que, a estrutura dessas economias periféricas imprimem formas estatais específicas. Neste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado de “Estado e Políticas Públicas no Capitalismo Dependente”, será discutido com mais profundidade o subdesenvolvimento desses países e a sua história vinculada a do desenvolvimento do sistema capitalista Mundial e a superexploração da força de trabalho como um princípio fundamental dessas economias dependentes.

A relação entre o capital e o trabalho está diretamente vinculada a atuação estatal através das políticas sociais. Visto que, a partir de suas ações, o Estado tem controle desde as primeiras expressões, tanto econômicas quanto políticas que, são postas sob demandas da Questão Social próprias do modo de produção capitalista e que estão ligadas diretamente as instâncias da produção e reprodução do capital, para assim garantir que haja submissão e exploração dos trabalhadores de países periféricos.

Dessa forma, a motivação pelo objeto de pesquisa surgiu a partir das discussões realizadas ao longo da graduação e no grupo de pesquisa “Estado, Direito e Capitalismo Dependente”, na qual se discutia acerca do papel do Estado e suas particularidades nos países periféricos, voltadas para compreender o papel do Estado no financiamento e execução das políticas públicas na América-Latina, além da construção da formação social dependente, tendo como base teórica a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Este trabalho é formado por três capítulos. No primeiro capítulo é abordado como é formada uma sociedade dependente, por meio de um contexto histórico, explicando o desenvolvimento e a passagem de um modo de produção para outro. Ainda nele, é falado sobre os processos em que se originam as formações sociais dependentes, partindo dos pressupostos da superexploração dos trabalhadores e dos ciclos do capital, que fazem parte de todos esses processos até se chegar a uma formação social dependente.

Logo após, no segundo capítulo explica-se as particularidades do Estado em geral, até se chegar ao tipo de Estado que conhecemos atualmente. Nesse momento, é esboçada a compreensão do que é um Estado capitalista dependente, passando

para a relação entre o Estado e Fundo Público no contexto do capitalismo dependente, situado na sociedade brasileira da luta e conquista de alguns direitos para a classe trabalhadora, frente as ideias neoliberais que surgiam.

No terceiro capítulo e último capítulo, buscamos aprofundar as características do neoliberalismo no capitalismo dependente, frente a superexploração da classe trabalhadora brasileira e a forma como as políticas sociais brasileiras se apresentam na contemporaneidade.

Assim, é relevante compreender qual é o papel do Estado frente às políticas sociais nesses países, em especial na sociedade brasileira e a relação Estado e Dependência. Esta relação que é importante, pois ressalta os desmontes que vem acontecendo no financiamento do fundo público e na manutenção dessas políticas que é algo que interfere diretamente no cotidiano de seus usuários ao buscarem pela efetivação de seus direitos.

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO SOCIAL DEPENDENTE

1.1 Formação social e modo de produção

Ao tratarmos sobre a formação social de países de capitalismo dependente é importante salientar que a forma como o capitalismo atua nesses países, em especial na sociedade brasileira, na qual iremos nos deter, ocorre por meio de configurações políticas e econômicas próprias. Nesse sentido, é relevante frisar que, no contexto do capitalismo mundial surge um debate que busca compreender o desenvolvimento particular desses países. Dessa forma, é fundamental entender o processo histórico que antecede o modo de produção capitalista e as consequências desse período até a atualidade.

Alguns autores por meio da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como Ruy Mauro Marini e Luis Vitale explicam o processo histórico de integração da América Latina no mercado mundial desde o nascimento do capitalismo e do surgimento das configurações de dependência.

Segundo Vitale (1992), as formações sociais e os modos de produção que ocorreram na Europa se diferenciam dos que aconteceram na América, na qual a transição de um modo de produção para outro também foram feitas de maneiras diferentes, até se chegar à consolidação do modo de produção capitalista. Vejamos o que ele diz:

O modo de produção comunal de nossas sociedades aborígenes e o modo de produção comunal-tributário das culturas inca e asteca foram drasticamente interrompidos por um fator exógeno: a conquista espanhola e portuguesa. A colonização não estabeleceu um modo de produção predominante, mas sim várias relações de produção pré-capitalistas (parcelas, escravidão, meação, muro divisório, arrendamento, etc.) e embriões capitalistas, como o salário mineiro, em uma economia primário-exportadora, agrícola e mineira, integrada ao mercado mundial capitalista emergente. Portanto, em nossa opinião, a colonização hispano-portuguesa abriu um período de transição para o capitalismo que durou até a primeira metade do século passado. (Vitale, 1992, p.1 tradução nossa)

Com isso, antes de explicarmos como ocorre as formações sociais é importante compreender como se dá o processo dos meios de produção e o que são. Vitale (1992) explica que a sociedade humana para que venha garantir seus meios de sobrevivência são necessariamente pressionadas a produzir, e para que essa

produção ocorra é essencial que haja três componentes, os elementos da natureza que serão transformados em objetos de trabalho, os instrumentos e o trabalhador. O autor traz ainda o exemplo dos procedimentos para a confecção de um tecido no qual a matéria-prima é retirada da natureza, dos meios de produção, o maquinário e do ser humano, seja ele homem ou mulher para que seja formado todo o processo.

Para se chegar ao conceito do que é modo de produção é fundamental entender duas categorias que fazem parte desta concepção, quais sejam, as forças produtivas e as relações de produção. A categoria das forças produtivas é ajustada por meio dos elementos que são retirados da natureza. Assim, ela é condicionada a natureza e compõe esta categoria dos instrumentos de trabalho, o estudioso citado acima ressalta que, “Portanto, as forças produtivas não são apenas as ferramentas e as Máquinas, mas a maneira pela qual todos os seus componentes são articulados com as relações de produção em um trabalho concreto.” (Vitale, 1992, p.2 tradução nossa).

A categoria das relações de produção, se caracteriza por ser composta pela relação entre os sujeitos no processo de produção, tendo por suporte a propriedade dos meios de produção, assim,

...temos as relações escravistas de produção estabelecidas entre o proprietário de escravos e os escravos; as relações feudais entre os senhores e os servos; e as relações capitalistas entre a burguesia e os trabalhadores. Em outras palavras, são as relações entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores no processo de produção. As relações de produção determinam a apropriação do excedente. No regime capitalista, a apropriação do trabalho excedente pela burguesia assume a forma de mais-valia. No modo de produção comunal, por outro lado, a apropriação era coletiva. (Vitale, 1992, p.2 tradução nossa)

Ademais, pode se explicar que modo de produção se caracteriza por ser entendido como,

...a inter-relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção no processo produtivo. Isso ocorre como um todo e seus componentes não podem ser separados. Como disse Marx em A miséria da filosofia: "As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. "O que é fundamental é a articulação, no processo de produção, das forças produtivas e das relações de produção. (Vitale, 1992, p.2 tradução nossa).

Segundo Amin (1976) a concepção de modo de produção é algo abstrato, pois não provoca nenhuma ordem de continuidade histórica em todas as fases da história

das civilizações, desde as primeiras formações até que se chega à consolidação do modo de produção capitalista.

Após debatermos sobre o conceito de modo de produção podemos agora compreender o que é formação social. Sendo assim, “formação social não é uma categoria teórica, assim como o modo de produção, mas uma realidade histórico-concreta. O modo de produção seria o nível teórico, e a formação social, o aspecto empírico” (Vitale, 1992, p.4 tradução nossa).

Seguindo com a compreensão vejamos o que outro pensador diz a respeito. “As formações sociais são, portanto, estruturas concretas, organizadas caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos.” (Amin, 1976, p. 12). Dessa forma, se comprehende que o conceito de formação social é algo histórico, entendido como uma categoria teórica que traz a possibilidade de se estudar as formações sociais históricas e concretas das sociedades. Assim,

A categoria teórica da formação social é fundamental para revelar as características gerais e as tendências da estrutura social, da vida cotidiana, dos processos revolucionários, dos períodos de derrota e ascensão do movimento operário, da evolução dos partidos, das novas funções assumidas pelo estado, das diversas manifestações culturais, dos problemas de etnia e religião que se cruzam com a luta de classes, das diferentes ideologias e outras expressões superestruturais. Em suma, com a formação social como categoria teórica, é possível obter uma teoria mais completa da luta de classes, uma teoria política das revoluções e outros problemas relevantes que exigem um tratamento mais rigoroso e antidogmático. (Vitale, 1992, p. 5 tradução nossa)

A partir disso, iremos tratar de duas formações sociais que são importantes para compreender como ocorre o desenvolvimento histórico dos países dependentes e em especial o desenvolvimento brasileiro, sendo elas: a formação social imperialista e a formação social dependente.

De acordo com Vargas (2009), o período da formação social imperialista é marcado por uma subordinação impostas pelos países centrais aos países periféricos. Ao citar a análise de Marini sobre esta perspectiva a autora pontua que, esta subordinação está relacionada a conexão existente entre a superexploração da força de trabalho, para assim criar condições de manter a relação existente entre a dependência e ao imperialismo. Explicando como ocorreu o desenvolvimento da economia nos países periféricos, um desenvolvimento agroexportador,

...o imperialismo assumiu o controle do açúcar cubano, dominicano e porto-riquenho e do café da América Central, com exceção da Guatemala, onde predominava o capital alemão. O café brasileiro permaneceu nas mãos da burguesia local, mas sua comercialização foi deixada nas mãos do capital monopolista. A economia chilena das plantações de cobre também passou para as mãos de estrangeiros, assim como o estanho boliviano. O controle do petróleo mexicano e venezuelano foi dividido entre o imperialismo britânico e o americano. Os países agrícolas, como a Argentina e o Uruguai, conseguiram manter a posse da riqueza nacional. Mas suas plantas de comercialização e processamento de carne foram controladas pelo capital estrangeiro. (Vitale, 1992, p.19 tradução Nossa).

Segundo Vitale (1992), em meados do século XIX, ocorreram mudanças relevantes na situação dos países dependentes, pois foi nesse período, no qual o capitalismo entrou em sua nova fase, que acarretou uma superação sob o colonialismo. Com isso,

...apoderou-se de grande parte de nossas matérias-primas, investindo enormes quantidades de capital financeiro na mineração e na agricultura. A América Latina não apenas se tornou dependente do mercado mundial, mas também perdeu sua riqueza nacional. [...] (Vitale, 1992, p.19 tradução nossa)

As marcas deixadas pela formação social semicolonial na América Latina proporcionaram ao modo de produção capitalista uma consolidação mediante aos investimentos externos e as mudanças sociais que tinham ocorrido naquele período. Assim, “Essa mudança significativa na estrutura do proletariado teve seu correlato social e político no acirramento da luta de classes, na formação de sindicatos e no nascimento dos primeiros partidos de trabalhadores” (Vitale, 1992, p. 20 tradução nossa).

Sendo assim, a formação social semicolonial saiu de uma sociedade rural e passou a ser uma sociedade urbana mediante ao processo de industrialização dependente, resultado de um desenvolvimento capitalista fundado no imperialismo. Ademais,

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são

modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Marini, 2017, p. 237)

Portanto, uma sociedade dependente é uma formação social fundada no modo de produção capitalista que destaca as contradições que lhe são próprias e caracteriza de forma particular “relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.” (Marini, 2017, p. 338).

1.2 Transferência de valor como intercâmbio desigual

Ao debatermos sobre como ocorre o processo de formações sociais dependentes é relevante pontuar algumas características presentes neste processo. Uma delas, é a categoria da transferência de valor como intercâmbio desigual. Antes de nos debruçarmos sobre como ocorre esse processo, é importante entender de onde surgiram as influências que possibilitaram a formulação da TMD que foi daí que esta categoria surgiu.

De acordo com Carnut, Mendes e Sakamoto (2022), os anos de 1950 e 1960 foram marcados por lutas anti-imperialistas, momento histórico em que acontecia o êxito da revolução cubana. Neste período também era possível observar um esgotamento do processo de industrialização, devido a uma substituição pelas importações e de uma entrada intensa do capital internacional na América Latina. Dessa forma:

A apropriação pelo marxismo da categoria dependência não foi um processo isento de contradições. Osorio ressalta esse caminho por meio de dois grandes processos que marcam o curso do novo marxismo latino-americano nos anos sessenta. O primeiro deles, como já mencionado, refere-se ao triunfo da Revolução Cubana, que teve como efeito aprofundar a crise política e teórica do marxismo ortodoxo em torno da interpretação do capitalismo na região e também recolocar o importante tema da atualidade da revolução. O segundo fator que reforça o auge do marxismo acerca da categoria da dependência é a crise que já se manifestava no pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL em suas propostas políticas – como a vigência de uma burguesia nacionalista e a de um capitalismo autônomo – frente à crescente integração do processo produtivo das economias da América Latina com o capital estrangeiro^a. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 4)

Segundo os autores, esses dois processos demandaram uma leitura a tese de Marx para entender a contradição existente entre forças produtivas e relações de produção. De forma que, permitisse não somente observar o contexto nacional latino-americano, mas também o contexto internacional como um todo, “à compreensão do desenvolvimento desigual que apresenta a acumulação na escala mundial e da conformação de ‘elos fracos’ na cadeia imperialista, como se referia Lenin.” (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 5). Nesse aspecto, na visão cepalina a respeito de um sistema “centro-periferia” foi sendo mudada para a concepção de um sistema de economias “imperialistas e dependentes”.

...a TMD, à medida em que se vale da unidade dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, enquanto dois processos intrinsecamente vinculados dentro do modo de produção capitalista, conduz ao entendimento de que a dinâmica no seio da formação histórica da América Latina deve, portanto, corresponder às necessidades e interesses do capitalismo internacional. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 6)

Ainda segundo os autores, Marini destaca que, em um primeiro período a integração da América Latina no mercado mundial prevalece na condição de uma colônia que produz metais preciosos e que contribuem para o desenvolvimento da grande indústria. Em um segundo momento, onde a indústria mundial se estabelecia os países dessa região se tornavam cada vez mais produtores e exportadores de bens primários, sendo eles alimentícios e matéria-prima, possibilitando que os países centrais tivessem êxito em suas atividades dentro da indústria, fazendo com que ocasionasse a diminuição dos salários e dos custos com as matérias-primas. “A consequência da incorporação da América Latina ao sistema capitalista engendrou uma mudança qualitativa para os países centrais, pois propiciou o deslocamento da acumulação no sentido da produção de mais-valia relativa” (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 7)

O crescimento econômico cada vez mais obstaculizado nos países periféricos gerou o acúmulo de tensões sociais, tais que desembocaram em discussões sobre o papel do Estado e a existência de uma burguesia nacional revolucionária, capaz de subverter a ordem no sentido de seus interesses (que, em tese, deveriam ser diferentes daqueles das oligarquias agroexportadoras). (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 8)

Com isso, entre os anos de 1940 e 1950 ocorreu uma redefinição das políticas internas. Com uma nova dinâmica, “nacional-desenvolvimentista”, tendo altas expressões e uma grande propagação por meio da CEPAL.

Carnut, Mendes e Sakamoto (2022) explicam que, no ano de 1973 com a publicação de “Dialética da dependência” por Marini, o teórico aponta as particularidades da dependência na economia latino-americana, evidenciando a problemática existente na transferência de valor pelas economias de capitalismo central que ocorriam com intercâmbio desigual, pontuando também a categoria da superexploração em todo seu contexto histórico, econômico e político que fizeram parte da formação da realidade das economias dependentes.

Com o objetivo de revelar qual a relação dialética existente nos países dependentes, Marini explicita como a forma em que as economias subdesenvolvidas se inserem no mercado mundial, acaba por condicioná-las a criar internamente, por meio da relação entre o capital e o trabalho, a superexploração da força de trabalho. Assim, há uma relação dialeticamente construída, entre dependência e superexploração, em que esta última ocorre como forma de compensar o que se perde na primeira, diante das assimetrias das relações mercantis determinadas no mercado mundial. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 10)

Com isso, é importante compreender a relação existente entre o nacional e o internacional como essencial para se ter o entendimento sobre o desenvolvimento desigual, assimilando os desdobramentos da lei do valor e de como ocorre o processo do modo de produção capitalista.

Diante disso, a dependência se apresenta da forma em que não há uma identidade entre o valor produzido e o que é apropriado nas distintas economias, ocasionando em uma desigualdade estrutural das formações sociais e econômicas, fazendo com que haja mais exploração das economias dependentes.

...sob as determinações da divisão internacional do trabalho, a dependência é essencialmente uma condição para a existência do sistema capitalista. Deste modo, tal explicação transcende os limites das **constatações óbvias** baseadas em relações de interdependência das economias nacionais. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 11)

Para além disso, Carnut, Mendes e Sakamoto, pontuam que,

No caso em que a lei do valor tende a ser aplicada, a lógica por de trás das transferências de valor reside no fato de que o aumento da produtividade implicará em um aumento da produção de mais-valia, a partir do momento que a maior capacidade produtiva do trabalho permitir que o valor individual da mercadoria seja menor do que a média geral do setor. Logo, na medida em tal mercadoria se realizará pelo valor das condições gerais do mercado, este capitalista se apropriará de uma mais-valia extraordinária. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 14)

Ao que diz respeito as trocas realizadas nas esferas de produções diferentes, as de manufatura e bens primários, o valor que é produzido pelas economias dependentes para as economias centrais é feita de forma desigual. Ocorre uma troca desigual, na qual o que é produzido é colocado no mercado à venda por um preço superior à sua produção, fazendo com que nações de economias dependentes tenham desvantagens no momento da compra desses produtos e que, no momento do repasse desses produtos para as economias centrais, elas repassem com um valor menor do que foi utilizado para a sua produção.

...a categoria transferência de valor como intercâmbio desigual, cunhada pela TMD, além de expressar as transferências de valor em geral, tratadas na teoria da acumulação de Marx, alcança conteúdo fundamental no desdobramento histórico do mercado mundial, sendo o aspecto-chave para explicar o desenvolvimento desigual que caracteriza a lei do valor e o modo de produção capitalista enquanto economia mundial. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 15)

Luce (2018), por meio da TMD traz um entendimento sobre a Lei do Valor, seu desenvolvimento desigual e as questões que percorrem a dependência, assim:

...ao observar o funcionamento da economia mundial como duas esferas distintas que se inter-relacionam; sob relações históricas regidas pela lei do valor, cujo desdobramento é portador da simultânea assunção e violação do intercâmbio de equivalentes; engendrando relações nas quais se verifica a *não identidade* entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado; por sua vez provocada pela existência de distintos níveis de *intensidade nacional do trabalho* através das diferentes formações econômico-sociais; [...] (Luce, 2018, p. 26).

Dessa forma, essas relações existentes na América Latina foram de extrema importância para o desenvolvimento da economia capitalista mundial. Segundo Marini (2017), especificamente em meados do século XIX especialmente essas relações se concretizaram de fato, período esse que se destaca o surgimento da grande indústria

e se tem firmamentos concretos da divisão internacional do trabalho, ao tratar da incorporação da América Latina na economia capitalista mundial. O autor explica que:

... às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (Marini, 2017, p. 328)

Assim, segundo Alessandro da Silva (2019) a transferência de valor com intercâmbio desigual ocorre quando,

...as nações centrais do capitalismo se apropriam do valor produzido nos países periféricos, o que ocorrer por meio da deterioração dos termos de troca no comércio, pagamentos de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, assim como da apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre recursos naturais. (Silva 2019, p. 122)

Ademais, segundo Marini (2017), as funções que são exercidas pela América Latina, no que diz respeito a economia capitalista mundial, vão para além de apenas algo que é voltado somente para esforços físicos, que são impostos por meio da acumulação em países que são industriais, mas também, para propiciar o crescimento desses países centrais. Dessa forma,

[...]vemos operarem transferências de valor específicas, que não são acompanhadas no mesmo grau por contratendências como a lei do nivelamento da taxa de lucro. Isto leva à cristalização, como regularidade, da não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado, no âmbito da competição intercapitalista na economia mundial[...] (Luce, 2018, p. 230).

O lugar no qual se encontra a América Latina neste contexto está mais em contribuir para o eixo da acumulação, fazendo com que ocorra um deslocamento da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa. Isto realizando uma acumulação que venha a depender mais do que um aumento das capacidades produtivas, do que somente da exploração do trabalhador. Contudo, não é o que ocorre de fato nos países da América Latina, pois ela por participar como um mera colaboradora das mudanças que acontecem nos países centrais, acaba dando base para os trabalhadores serem mais explorados.

A questão da mais-valia relativa, da produtividade envoltas no processo de produção e as determinações existentes na mais-valia não transcorrem de fato pela

produtividade, mas sim pelo nível de exploração dessa força de trabalho, do tempo destinado as suas atividades laborais, levando em consideração a força para que esse trabalhador reproduz o valor da sua força de trabalho e a sua relação com o trabalho excedente, este tempo destinado à geração da mais-valia. Com isso, a mais-valia relativa está voltada diretamente para a desvalorização dos bens de trabalho no sentido do que ele colabora mas, não obrigatoriamente para a produtividade do mesmo.

...a categoria **transferência de valor como intercâmbio desigual** consiste em uma explicação significativa que situa na produção e apropriação de valor as causas para as desigualdades estruturais que marcam as relações de exploração nas economias dependentes, para além da temática da defasagem entre os preços dos produtos manufaturados e dos produtos primários, que preocupava a Cepal, sendo a deterioração dos termos de intercâmbio uma das formas de manifestação, mas não a própria essência das transferências de valor. (Carnut, Mendes e Sakamoto, 2022, p. 16)

Isso é compreendido quando se aborda mais profundamente a relação existente entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. No sentido de estarem voltados para contribuir de forma propícia para o capital, aumentando, dessa maneira, o trabalho excedente e diminuindo o necessário.

Luce (2018), aponta que há diferentes formas da transferência de valor como intercâmbio desigual, sendo elas: "i) a deterioração dos termos de intercâmbio; ii), o serviço da dívida (remessas de juros); iii) as remessas de lucros, royalties e dividendos; iv) a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais." (Luce, 2018, p. 51). Assim, esse conjunto de formas são aspectos da transferência de valor entre as economias dominantes e as dependentes, sendo que se efetiva dentro da economia mundial, contudo, tais formas não se confundem a essência desta categoria.

Cabe neste trabalho nos determos a expressão da dívida pública que faz parte desta categoria, algo que vem sendo discutido com mais intensidade no século XXI, como uma crítica tanto a Economia política quanto a esquerda latino-americana, questionamento este voltado para o enfrentamento da dívida pública.

As transferências de valor mediante remessas de juros da dívida externa tiveram início ainda nos primeiros anos de vida independente das repúblicas latino-americanas emancipadas do colonialismo europeu. O primeiro ciclo de endividamento originou-se da contratação

de empréstimos para pagamento de vultosas indenizações às ex-metrópoles (Brasil para Portugal, Haiti para França)" ou para compra de armamentos para levar a cabo a guerra de independência (Gran Colombia). (Luce, 2018, p. 58)

Assim, a dívida pública se inicia da seguinte maneira,

A dívida começa com um montante, paga-se várias vezes esse montante e, ao final, deve-se várias vezes mais do que o montante original. É isso que fez um movimento social como a campanha Jubileu Sur lançar mão do trocadilho chamando-a de dívida eterna. Em anos recentes, tem crescido a ação dos movimentos sociais e da esquerda latino-americana e mundial em torno do tema da dívida. Têm se proliferado campanhas, comitês e outras iniciativas da sociedade civil, realizando um trabalho de politização. Na esfera do aparato do Estado, registram-se casos exitosos de enfrentamento da questão da dívida (Equador), mas também casos flagrantemente omissos (como o Brasil), casos promissores, porém constrangidos pela chantagem e o transformismo (Grécia) e casos tragicamente respondidos com a agressão imperialista aberta (Haiti). A despeito do caminho tortuoso - e inclusive por isso mesmo - a dívida segue tema de primeira importância para a esquerda e para a luta pela superação do capitalismo dependente. (Luce, 2018, p. 62)

Dessa maneira, o serviço da dívida provoca cortes no orçamento e direciona os valores do fundo público repassados para os possuidores dos títulos.

1.3 A centralidade da superexploração da força de trabalho

A partir do que foi exposto anteriormente, o aspecto existente na lei do valor e na troca desigual também é aplicado ao que diz respeito a força de trabalho, sendo ela uma das mercadorias necessárias para que o ocorra o processo de produção. De acordo com Silva (2019), conforme a lei do valor, quando ocorre a consolidação da produção mercantil é que as mercadorias que foram produzidas são trocadas por um valor equivalente ao trabalho socialmente necessário cristalizados nelas.

Segundo Luce (2018), a exploração que ocorre no modo de produção capitalista é considerada nova ao ser observado o contexto histórico das formas de capital que o precedem, pois se caracteriza como um trabalho "livre" e mediado pela lei do valor. O autor pontua que é a partir da entrada em cena da lei do valor que se cria possibilidades de desvalorização real da força de trabalho, por conta dos desequilíbrios produtivos que ocorrem no interior do capitalismo mundial. As economias tidas como dependentes acabam tendo perdas estruturais e sistêmicas de

riquezas, no que diz respeito ao contexto capitalista que é expresso pela transferência de valor, isso traz para os capitais resultados que fazem com que eles operem com maior dificuldade para se chegar ao lucro extraordinário, acarretando em uma definida tendência negativa nessas transferências de valor que se utiliza da superexploração como um recurso de compensação. Com isso,

Diferentemente do que ocorre com o trabalho escravo, com o trabalho assalariado e particularmente desde o momento em que se transita para a subsunção real do trabalho ao capital e a lei do valor passa a vigorar plenamente, é possível produzir a desvalorização real da força de trabalho – assim como se torna possível também superexplorá-la. (Luce, 2018, p. 138).

Assim, comprehende-se que a superexploração não é algo que persiste desde formas pré-capitalistas, mas sim se caracteriza como uma categoria particular do modo de produção capitalista. Marini (2017) aborda três mecanismo que são identificados na forma como esse modo de produção atua, especificamente, na América Latina que são “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2017, p. 334). Mecanismos esses voltados, diretamente, desde a gênese do capitalismo para que haja uma maior exploração do trabalhador, contudo, não tenha o desenvolvimento das forças produtivas e nem as atividades que ali ocorrem possam se desenvolver. Assim,

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (Martini, 2017, p. 334).

De acordo com Luce (2018), o uso da superexploração como um mecanismo de compensação é algo que faz parte da essência do capital e pode ser corroborado por meio de agregados macroeconômicos no contexto da economia mundial. O autor expõe algumas formas em que a superexploração é expressa para isso, ele pontua categorias que são mediadoras nesse quesito, que são: “*valor normal e violação de*

valor (determinação negativa do valor), *fundo de consumo* e *fundo de vida* (Luce, 2018, p.178)". Assim, a superexploração pode acontecer das seguintes formas:

[...] (i) o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida. Existe ainda uma quarta forma, que, na verdade é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. (Luce, 2018, p. 178).

Em todas essas formas em que a superexploração pode ser expressa, o capital atua se apropriado do fundo de consumo dos trabalhadores com um desvio para o fundo acumulação e/ou também apreende parte de seu fundo de vida que da mesma forma é direcionado para o fundo de acumulação. Ademais,

Enquanto o aumento da produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo. E sempre tal intensidade for elevada acima das condições normais, se estará superexplorando o trabalhador. (Luce, 2018, p. 189)

Sendo a superexploração um ponto importante a ser estudado, pois é por meio dela que há o aumento da produtividade e a extração de mais trabalho por meio do capital. Além disso, a superexploração é algo particular e estrutural do capitalismo sendo também um dos princípios existentes em economias que tem um grande desenvolvimento como por exemplo o Brasil.

1.4 A separação das fases do ciclo do capital

Segundo Marini (2017), a América-Latina desenvolve sua economia mercantil em função com o mercado mundial e dessa forma é levada a recriar relações fundadas no seio da produção, com isso,

A base real sobre a qual se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias³¹. (Marini, 2017, p. 337)

Dessa forma, as fases existentes no ciclo do capital expressas na América-Latina são importantes para compreender o caráter de sua economia, levando em consideração que a produção do capitalismo é baseada na exploração da força de trabalho e para se ter mais-valor. Silva (2019) explica que, para além do que está expresso na luta de classes é necessário para o capitalismo que existam compradores de suas mercadorias, pois sem isto não é possível que se cumpra de fato o ciclo do capital, gerando assim, uma contradição tida como fundamental para o capitalismo. Essa contradição seria, que aquele trabalhador que é explorado para produzir esse mais-valor é o mesmo que irá se integrar ao mercado de consumo e promover a motivação daquelas mercadorias que foram produzidas. Segundo Luce (2018),

Sob a economia dependente, o ciclo do capital caracteriza-se pela agudização das contradições que são típicas do capitalismo em geral. Esta exacerbação produz tendências particulares, que levam a uma cisão, provocando uma modalidade específica de circulação. Dito de outro modo, os valores de uso produzidos pela economia dependente e suas relações específicas com o processo de valorização do valor na economia mundial encetam fenômenos novos, um dos quais é a cisão no ciclo do capital - também chamada de cisão nas fases do ciclo do capital. (Luce, 2018, p. 89).

Silva (2019) ainda pontua que, é possível perceber esse processo ocorre nessas economias em que aconteceu essa cisão, pois resultam em uma separação entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas. Esse processo se inicia por volta do século XIX, quando ocorre a integração da América-Latina no mercado mundial de modo a ser um fornecedor de matérias-primas e alimentos. Assim,

O ciclo do capital nesse período foi marcado pela cisão mercado externo e mercado interno. Isto se observa: 1) na origem do investimento (D-M), que provinha das casas comerciais controladas pelo capital estrangeiro e de empréstimos externos; 2) nos meios de produção utilizados (Mp), que eram em sua grande maioria importados (ferrovias, máquinas a vapor, câmaras frigoríficas etc.); 3) na força de trabalho (Ft), que era contratada em condições híbridas entre a subsunção formal e a subsunção real e a baixíssimos salários; 4) na segunda fase da circulação (M'-D'), que se dava sobretudo no

mercado externo, sem que os trabalhadores cumprissem um papel decisivo na realização das principais mercadorias produzidas, voltadas para a exportação, o que servia de estímulo a que os patrões e o Estado colocassem em marcha o regime de superexploração que estava se configurando, agudizando as relações básicas de distribuição (entre capital e trabalho); 5) na fase da acumulação (D^1 - D^2), que se completava, geralmente, em circuitos externos à economia dependente; 6) nas relações derivadas de distribuição (entre os distintos setores e frações da classe dominante, local e internacional), em que a riqueza era apropriada sob as relações determinadas pelas transferências de valor[...] (Luce, 2018, p. 93-94).

Ademais, seguindo os pensamentos Silva (2019), a cisão que ocorre entre a produção e o consumo, na qual a produção é o mercado interno e o consumo o externo. E ainda, entre a produção e a circulação do que foi produzido que se caracteriza por ser os níveis mais altos e baixos do mercado interno é característico da formação do capitalismo nos países dependentes, fazendo com que a estrutura produtiva existente não venha a atender de fato a necessidade das massas.

Para enfatizar ainda mais Silva (2019) esclarece que, mesmo que os países dependentes estejam inseridos no contexto do capitalismo mundial e, dessa forma, que se adequem as suas leis tendenciais, a expressão dessas leis nesses países ocorrem por meio de maneiras próprias. A partir disso, é compreendido que o capitalismo se desenvolve de forma particular nesse continente, pois segundo Luce (2018), acabam não seguindo os elementos próprios de seu sentido universal. Em outros termos,

[...] o desenvolvimento histórico das relações de produção capitalistas e o movimento de suas leis tendenciais deram a fenômenos históricos-sociais que, à base de repetição histórica, converteram-se em regularidades, as quais carregam um sentido com caráter particular, engendrando leis tendenciais específicas. (Luce, 2018, p. 227)

Luce (2018) explica que, debater sobre as leis tendenciais próprias da dependência é trazer uma compreensão do todo, entendendo que há totalidades particulares que fazem parte de uma ainda maior, que é a da economia capitalista mundial, demonstrando assim três leis tendenciais da dependência: a transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho e a cisão no ciclo do capital.

Com isso, as leis tendenciais específicas ao capitalismo dependente, enquanto manifestações negativamente determinadas da lei do valor

e de suas tendências mais gerais, exacerbam as relações de exploração. Estas relações agudizadas, à base da repetição histórica, engendram fenômenos novos, exercendo determinações recíprocas entre si e provocando não a estagnação econômica nas economias dependentes, mas a acumulação de capital sob circunstâncias tais em que ocorre a reprodução ampliada da dependência. Ou, em outros termos, *para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência*. De tal sorte que a dependência pode mudar de forma e de grau através do tempo, mas somente mediante a ruptura revolucionária que leve à superação do capitalismo se poderá transcender, com isto, as relações de dependência. (Luce, 2018, p. 230-231).

Assim, essas tendências são postas no profundo do capitalismo dependente e acabam reforçando, de forma estrutural, que ocorra uma exploração acentuada nas relações existentes na produção interna, formas estatais nos países fragilizadas e alguns elementos próprios a respeito da necessidade de mudanças das contradições existentes nessas regiões.

CAPÍTULO 2: O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE E AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

2.1 O Estado capitalista em geral

De acordo com Silva (2019), levando em conta ao que está expresso no conceito do modo de produção e ao que diz respeito a formação social dependente, na qual está contida a superexploração da força de trabalho, acaba gerando um distanciamento daquilo que está expresso na lei do valor. Esta forma valor torna-se o centro da sociabilidade capitalista, que proporciona a existência de práticas sociais. Esse acontecimento ocasiona,

...uma desarticulação das relações sociais, pois a reiteração das práticas perde a referência que lhe conferia espontaneidade. Desse modo, outros padrões de comportamento ocupam o lugar da equivalência como referencial da sociabilidade, o que, no caso brasileiro, resultou em relações sociais fundadas na violência [...] (Silva, 2019, p. 147).

O fundamento dessas relações sociais violentas, se dá desde o período colonial na América Latina. No Brasil, especialmente, com a escravização dos índios após a chegada dos portugueses e, por conseguinte, com os povos africanos que foram capturados de seus locais de origem e trazidos para servir de mão de obra escrava, sofrendo diversos tipos de agressões que deixaram marcas até os dias atuais em nossa sociedade.

Ao fortalecer sua economia mercantil em função de contribuir para o crescimento do mercado mundial, a América Latina tem suas relações de produção formadas desde a origem do sistema capitalista. Esse processo é marcado por uma divergência, pois conforme estudos, destacamos o seguinte posicionamento: “chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador” (Marini, 2017, p. 337).

A partir dessa contribuição, em detrimento do mercado mundial, foram construídas relações sociais demarcadas por uma subordinação entre o poder público. Nesse caso, o Estado e os indivíduos entre si, na qual impera o princípio do favor acarreta uma sociedade hierarquizada, Silva (2019) em sua tese pontua que,

É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência. Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outras, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, autônomas e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos. É exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural.²⁹³ (CHAUÍ, 2008, p.79 apud Silva, 2019, p. 148) .

Segundo, Marini (2017) pontua que, o regime escravista teve um papel significativo na formação social e econômica nos países latino-americanos e em especial no Brasil, onde as marcas das relações sociais violentas se expressam na atualidade.

O trauma social da escravidão e a criação de um mercado de trabalho livre dedicado a atender as exigências de acumulação do capitalismo dependente resultaram em relações de trabalho que reproduzem a dominação fundada no favor e na violência, nas quais o poder diretivo dos empregadores se manifesta como despotismo patronal e a subordinação do empregado é transformada em subserviência obreira. (Silva, 2019, p. 154)

Com isso, o tipo de violência que acontecia no período do escravismo deu lugar a supereexploração dos trabalhadores (assalariados), assegurada pelo poder público, neste caso, o Estado.

Ao trazermos o debate sobre o Estado, é importante salientar a forma geral em que o Estado se apresenta e a maneira como ele se desenvolve nos países de capitalismo dependente. E ao focar, em especial nos países da América Latina, entre suas estruturas e seus funcionamentos, sendo eles, de acordo com Marini “a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação existentes [...]” (MARINI, 2019, p. 1). Dessa forma, cabe pontuar suas formas de atuação nas esferas do capitalismo, pois, segundo Osorio,

... o capitalismo necessita de um sistema interestatal para se reproduzir e a atual etapa da mundialização, para operar, precisa do Estado-nação, tanto no centro quanto na periferia do sistema mundial capitalista, fazendo dele um ator fundamental das transformações econômicas e políticas. (Osório, 2019, p. 9)

Assim, o Estado é compreendido como uma entidade de múltiplos elementos que o constituem. São eles: “um conjunto de instituições; corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas e regulamentos” (Osório, 2019, p. 19), os quais juntos formam um aparato que fica mais em evidência e por um elemento que não fica tanto evidente, que é “uma particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade” (Osório, 2019, p. 19). Ainda de acordo com o autor, esse último elemento é o que dá significado aos anteriores.

De acordo com Carraro, Paiva e Sek (2018), o Estado capitalista em todos os seus períodos históricos se organiza para manter o cumprimento de algumas funções que são voltadas para regulações ditadas, e, “contradictoriamente aos antagonismos de classe, respondendo diretamente aos interesses dominantes, do ponto de vista do poder econômico e seus fundamentos.” (Carraro; Paiva e Sek, 2018, p. 3). Assim, por meio de um contexto histórico, observando a crise do feudalismo (e o seu fim) e, a passagem desse modo de produção para o modo de produção capitalista, é importante pontuar que este momento foi marcado por um longo processo até se chegar ao Estado capitalista que conhecemos atualmente.

As autoras explicam que, para se chegar ao Estado capitalista que vivemos foi necessário que ele passasse por algumas fases, as quais o fizeram se tornar o que é atualmente. Inicialmente, marcado pelo fim do feudalismo e início do capitalismo mercantil com um Estado Absolutista, sendo um sistema político representado e regido pelas mãos do monarca, no qual, as leis impostas por ele não poderiam ser alteradas, o monarca, nesse caso o Rei, comandava tudo. Isso, predominantemente, na Europa entre os séculos XV e XVIII, período marcado pelas grandes navegações, fortalecimento da indústria, momento em que surge o trabalho livre e assalariado e um aumento da acumulação primitiva, com uma divisão do trabalho ainda com marcas coloniais, afinal, era o período de transição do feudalismo para o capitalismo.

No final do século XVIII, com o fim da revolução francesa, surge então uma segunda fase do Estado e do Capitalismo, o Estado liberal, no qual vem o primeiro regime político e jurídico postos por meio da revolução francesa com seu lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, pondo um fim ao antigo regime político. Esse voltado para que houvesse mais direitos para o povo e mais liberdade econômica, dando início a uma nova fase do capitalismo, o capitalismo concorrencial, que

diferentemente do anterior é um sistema econômico, no qual os empresários concorrem entre si livremente.

Após esses acontecimentos surge uma terceira fase do Estado e do Capitalismo até se chegar ao que conhecemos atualmente. O Estado intervencionista que tinha o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, para que isso ocorresse teria que haver uma maior influência do Estado na coordenação das atividades essenciais na sociedade. Contudo, este momento é particularizado por um domínio das grandes empresas no mercado, tendo a exploração da mão de obra por um preço menor do que realmente vale, além da união de empresas no mercado financeiro. Mas com isso, haviam diversos impactos negativos para a vida dos trabalhadores, como um aumento significativo do desemprego.

Dessa forma, o Estado capitalista em geral é entendido como uma autoridade, com características que se diferenciam de acordo com as suas fases e com seu avanço. Nele são adotadas medidas mais específicas para a manutenção desse sistema mundial, utilizadas para manter o funcionamento da regulação desse modo de produção e sua estrutura política está atrelada a lógica do capital, como Alvarado (2023) descreve em sua tese de doutorado:

A estrutura política, representada no Estado, faz parte base material do sistema do capital e desempenha funções de acordo com as diferentes necessidades impostas pelo capital e seu imperativo de expansão voltada para a acumulação. Assim, o capital é seu próprio sistema de comando e a dimensão política é uma parte integrante, e não subordinada. (Alvarado, 2023, p. 42)

Dessa maneira, tanto a estrutura social quanto econômica do Estado está inserida e depende da dinâmica do capital para o seu funcionamento e para a designação de suas atribuições.

2.2 O Estado no capitalismo dependente

Magalhães e Nascimento (2020) explicam que, as questões envoltas do Estado dependente são importantes para compreender as condições em que ocorre o desenvolvimento dos países que se encontram no seio do sistema capitalista mundial, partindo do entendimento da origem do Estado e o seu elo com a economia e a sociedade.

Segundo Osório (2019), apesar das brechas já existentes no Estado de classes, o Estado capitalista dependente é composto por ao menos dois processos que determinam suas particularidades. O primeiro, está ligado à condição dependente em que essas formações sociais se constituem, já e o segundo, é a respeito da singular modalidade de exploração existente no capitalismo dependente, a superexploração, que estabelece as relações sociais. Segundo ele,

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. (Osório, 2019, p. 206)

Dessa forma, a desigual soberania existente nos países capitalistas dependentes, em especial na América Latina, é algo que faz parte da estrutura capitalista presente em todos os seus períodos históricos com grande relevância em cada um deles, assim,

...o Estado atuou nas distintas fases de desenvolvimento capitalista, na manutenção e ampliação da condição de dependência, à medida que sempre expressou os interesses das classes dominantes que residiam aqui inseridas na lógica das relações com os interesses externos. (Carraro, Paiva e Sek, 2018, p. 12)

E com isso segundo Magalhães e Nascimento (2019), “Existem, portanto, consequências políticas específicas para a dominação política em uma formação social dependente.” (Magalhães e Nascimento, 2019, p. 111). Assim, os autores explicam que a natureza dependente para a reprodução do modo de produção capitalista dos países se encontram nessa condição, tendo sua origem por meio da superexploração da força de trabalho que ocasiona práticas de poder político próprias.

O Estado se apresenta neste contexto das disputas antagônicas entre as classes para impor funções e barreiras, expressando-se fundamentalmente para a dominação das classes, levando em consideração a sua posição dentro do sistema capitalista mundial, tendo por consequência,

... a particularidade da exploração capitalista dependente consiste em que esta se erige enquanto superexploração da força de trabalho, isto é, na estrutural e permanente violação da força de trabalho e consequentemente na transformação de parte do fundo de consumo

do trabalhador em fundo de acumulação do capital. (Magalhães e Nascimento 2019, p. 111)

Assim, essas particularidades presentes nos países dependentes e, em especial, a superexploração dos trabalhadores desconsideram por completo as necessidades básicas desses trabalhadores que estão inseridos neste contexto de exploração da sua força de trabalho. Destacando que, “Na América Latina, essa dinâmica vai se processar a partir das particularidades do desenvolvimento dependente do modo de produção capitalista e, também das características do Estado dependente” (Carraro; Paiva e Sek, 2018, p. 14).

Osório (2019) descreve que, o aparato do Estado capitalista e as mais altas autoridades aparecem como uma direção a ser seguida e que está acima de todas as sociedades, e que ainda, essa particularidade é mais evidente nos aparatos do Estado presentes nas sociedades capitalistas dependentes, dessa forma,

Isso obedece a um duplo processo. Frente à barbárie generalizada que a reprodução do capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõe sobre os indivíduos - devastados por forças que não conhecem nem controlam -, as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio nos quais – e com os quais – seria possível se proteger. (Osório, 2019, p. 209).

Essa realidade presente no aparato do Estado capitalista dependente propicia que as autoridades estatais tenham mais visibilidade e consigam adquirir obediência, fazendo com que elas se legitimem e que a política se torne algo destinado a apenas a uma parcela especial da sociedade, se distanciando ainda mais dos interesses dos cidadãos comuns, como descreve as autoras Carraro, Paiva e Sek (2018),

Como um típico produto capitalista, o Estado é utilizado pelas classes dominantes como aparato para defesa de seus interesses. Na América Latina o Estado atuou nas distintas fases do desenvolvimento capitalista, na manutenção e ampliação da condição de dependência, à medida que sempre expressou os interesses das classes dominantes que residiam aqui, inseridas na lógica das relações com os interesses externos. (Carraro; Paiva e Sek, 2018, p.12)

No período do Estado desenvolvimentista latino-americano, o Estado assume algumas funções, Osório (2019), descreve elas em dois momentos importantes para o desenvolvimento da América Latina, sendo a primeira,

...os investimentos em setores que ainda não eram rentáveis para os empresários locais ou estrangeiros (grandes empresas industriais ligadas à produção de aço, por exemplo, e de serviços, como energia elétrica, água e educação), ou então aquelas atividades que, pela sua magnitude ou papel estratégico, ficaram nas mãos estatais (infraestrutura portuária, estradas, bem como os setores produtivos que geravam os maiores excedentes, tais como o petróleo o cobre, entre outros). (Osório, 2019, p. 210)

Levando assim, “o aumento das funções e das instituições necessárias para esse modelo proporcionou também o crescimento do emprego estatal e da demanda interna, fator de vital importância para incentivar o mercado do incipiente setor industrial.” (Osório, 2019, p. 211). Essas novas funções que surgiram no processo do desenvolvimento latino-americano demonstram quais atividades são papel do Estado e quais são indispensáveis para a sua atuação, assumindo tarefas voltadas para os novos interesses sociais.

Durante o século XIX o sistema bancário foi posto nos países latino-americanos como uma expressão política e financeira. O Estado adotou o papel importante de administrar algumas dessas leis que foram impostas, criando regras para que elas fossem geridas dentro desses países, Vitale (1992) descreve que,

O Estado estipulava que as emissões não poderiam exceder uma determinada porcentagem do capital. De qualquer forma, Ele emprestava dinheiro aos bancos a taxas de juros baixas, e eles, por sua vez, emprestavam Dinheiro a pessoas físicas a taxas de juros quatro vezes maiores do que as exigidas pelo Tesouro. (Vitale, 1992, p. 1 tradução nossa)

Além disso, o Estado assume outros papéis dentro do modo de produção capitalista nos países periféricos. Um deles é o de assegurar por meio do consenso que haja uma certa parcela da população que tenha obediência, sem que seja necessário utilizar a força para que se enquadrem nas leis desse modo de produção. Silva (2019), demonstra que para isso acontecer “O meio primordial de expressão desse consenso seria a lei, uma norma geral de conduta que provém do Estado e se dirige aos cidadãos de modo impessoal, assim como ao próprio Estado” (Silva, 2019, p. 155).

Entendendo assim, o Estado como uma esfera de coerção que se associa ao sistema de dominação, no qual ele se sustenta, de forma que a capacidade coercitiva da burguesia e dos países centrais se dão por meio do Estado. Com isso,

...o aparelho estatal foi constituído justamente para viabilizar a reprodução das relações capitalistas de produção e fazer valer a forma jurídica e, por conseguinte, a equivalência nas relações jurídicas. Ocorre que no capitalismo dependente existe uma violação sistemática da lei valor, consubstanciada na superexploração da força de trabalho, característica estrutural da dependência, o que vai de encontro à dinâmica constitutiva das relações sociais capitalistas. (Silva, 2019, p. 156)

Dessa maneira, nas sociedades dependentes o Estado é utilizado pela burguesia para atuar como um operador para que seja mantida a superexploração da força de trabalho. E isso faz com que se mantenha na América Latina uma instabilidade política, que dificulte a adoção de uma democracia liberal e que contribua para que permaneça a propensão a tendências opressivas.

... a forma política dependente deriva de relações sociais nas quais a lei do valor é burlada pelo recurso à superexploração da força de trabalho, ela se caracteriza pelo exercício da dominação garantida por meio da contenção e da repressão das massas e não em formas estáveis de consenso. (Silva, 2019, p. 160)

Sendo assim, as particularidades adotadas pelo Estado na América Latina são respostas a reprodução do capital no contexto histórico que faz parte da região. Com isso, o padrão adotado pelo Estado na América Latina são demonstrações historicamente determinadas pela forma como o capital atuou e atua nesses países sendo assim,

...do mesmo modo que o capitalismo latino-americano não terá os mesmos moldes do capitalismo central, o Estado-nação e o sistema de dominação latino-americanos não serão idênticos àqueles erigidos naquelas latitudes. Os limites do sistema de dominação e do Estado-nação nos países dependentes são estruturais como consequência da transferência de valor para os países imperialistas e da superexploração que os consubstanciam. (Magalhães e Nascimento, 2019, p. 114)

Sendo assim, Magalhães e Nascimento (2019) explicam que,

Existem, portanto, consequências políticas específicas para a dominação política em uma formação social dependente. Em outras palavras: o caráter dependente da reprodução capitalista nos países dependentes, fundado na noção de superexploração da força de trabalho, configura formas específicas do exercício do poder político. (Magalhães e Nascimento, 2019, p. 111)

Além disso, os autores pontuam que, “O Estado tem sua especificidade diante do conjunto das instituições da sociedade civil que conforma o sistema de dominação

no farol de que exerce o monopólio da violência, atributo que é genético e exclusivo.” (Magalhães e Nascimento, 2019, p. 109).

Seguindo a discussão, Magalhães e Nascimento (2019) destacam que, Marini fala de três fundamentais categorias que fazem parte da composição de extração da mais-valia em países latino-americanos, sendo elas:

...primeiro, o aumento da intensidade do trabalho, onde se dá o maior aumento da mais-valia obtido por maior exploração sem incremento da capacidade produtiva do trabalhador; segundo, pelo prolongamento da jornada de trabalho, em que se aumenta simplesmente o tempo dispendido pelo trabalhador na produção de mercadorias; e o terceiro mecanismo que consiste na apropriação do fundo de consumo do trabalhador (Magalhães e Nascimento, 2019, p. 113)

Esses mecanismos para extração de mais-valia influênciam diretamente na vida dos trabalhadores tanto dentro do ambiente de trabalho quanto fora dele. Visto que, são deixados à mercê da dinâmica do capital para sobreviverem dos malefícios originados desses processos, entrando o Estado para mediar e amenizar, com o intuito de manter o desenvolvimento do capital.

Ademais, segundo Brettas (2020, p. 222), “O Estado nas economias dependentes está marcado por relações desiguais de poder que limitam o exercício de sua soberania frente a outras formações econômico-sociais a que está submetido.” Sendo assim, o Estado é um mecanismo de garantia da reprodução do capital.

2.3 Estado e fundo público no capitalismo dependente brasileiro

É importante salientar o papel do fundo público dentro da atuação estatal, logo o fundo público se configura como um conjunto de recursos, nos quais o Estado recolhe da sociedade, por meio de taxas, impostos e entre outro. De acordo com Behring (2021), apoiando-se em Salvador explica que o fundo público na economia capitalista tem como função primordial para o financiamento e investimento das políticas sociais. Com isso:

[...]o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete disputas existentes na sociedade de classes, em que a

mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades expressas em políticas públicas. (Oliveira, 1998, apud Behring, 2021, p.100)

Nesse sentido, o fundo público é destinado à manutenção das políticas sociais, estas são pensadas de forma para reparar a intensificação da exploração dos trabalhadores, estando inteiramente ligada à reprodução do capital.

Desse modo, Brettas (2020), explica a importância de compreender o movimento existente no capital e as respostas dadas pelo Estado nas mudanças que ocorrem no seio do imperialismo. Este ponto é importante para entender as singularidades presentes nos países dependentes, levando em consideração o caráter historicamente adotado pelo Estado na sociedade brasileira.

... a análise do Estado é basilar para compreender os determinantes do orçamento e do financiamento das políticas sociais, uma vez que a característica que ele assume dentro do sistema capitalista será balizador para compreender a maneira pela qual as políticas sociais são articuladas dentro do país. (Carraro, Paiva e Sek, 2018, p. 3)

Nesse sentido, o Estado por meio das políticas públicas sociais atende as necessidades da classe trabalhadora frente as disputas entre as classes para amenizar os conflitos existentes e ainda segundo as autoras, “acaba por proteger o capital quando se responsabiliza pela manutenção da força produtiva” (Carraro, Paiva e Sek, 2018, p. 10).

Em um mundo social com enormes carências sociais e em que o aparato de Estado tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio - não como direito dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam -, o aparato de Estado e suas autoridades são vistos como se estivessem acima da sociedade, como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora. (Osório, 2019, p. 210).

Segundo Brettas (2020), a atuação do estado na sociedade brasileira não é diferente. Com base em um discurso liberal, o aparato estatal adotou a função de garantir condições que propiciem a acumulação capitalista, assim no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, o Estado contribuiu no desenvolvimento econômico. Dessa forma,

O Estado impulsionou de forma mais intencional a expansão da base industrial a partir de 1930, dando início ao período nacional-desenvolvimentista, que passou pela consolidação do capitalismo monopolista – por meio da ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe de 1964 – e teve seu declínio nos anos 1970/1980. A intervenção estatal passava pela consolidação de estruturas de poder viabilizadas pela política econômica adotada e pela criação de empresas estatais que atuavam diretamente na produção. (Brettas, 2020, p.224)

Esse período ficou conhecido como o tripé de articulação entre os três setores da economia, como um processo de ampliação do Estado e fortalecimento desses setores. Ao observar o contexto histórico brasileiro e as marcas deixadas pelo período colonial-escravista, se tem a compreensão de como foi a base desta sociedade, em seu aspecto econômico e político, além das marcas deste período estão presentes também aquelas deixadas após o golpe militar de 1964. Assim, “Estes elementos têm desdobramento sobre a dinâmica da luta de classes e sobre as respostas que o Estado apresenta às expressões da questão social. (Brettas, 2020, p. 225).

De acordo com a autora, nas bases da sociedade brasileira, a questão da luta pelos direitos estão sob os resquícios ainda existentes do coronelismo. Logo,

No Brasil, até o final dos anos 1980, o desenho da regulamentação trabalhista, bem como o acesso à aposentadoria e aos serviços de saúde - viabilizados por meio da medicina previdenciária -, tiveram uma expansão lenta e limitada, e a assistência social pouco se diferenciava da filantropia. (Brettas, 2020, p. 226)

Tão somente, segundo a autora, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em meios as lutas pela garantia de direitos da população brasileira, no período da redemocratização, após o fim da ditadura militar de 1964, no texto da CF 88 expressava, em sua maioria, os direitos pelos quais, em especial, os trabalhadores tanto buscavam, mesmo com alguns limites e contradições, levado em consideração a condição de dependência e pela necessidade da validação de outras legislações que complementassem aquilo que estava sendo proposto na CF 88.

Ainda que a constituição expresse a complexidade da luta de classes no contexto dos anos 1980 e incorpore orientações voltadas para uma maior democratização das contas públicas, sua tendência é preservar e aperfeiçoar estruturas de dominação e exploração. (Brettas, 2020, p. 227).

Mesmo que tenha sido promulgada em um contexto de desafios e lutas, a CF 88 foi um marco importante na garantia de direitos, principalmente, para a classe trabalhadora. Contudo, ainda havia vários direitos a serem conquistados, mas isso garantiu que houvesse mais comprometimento público e gestão democrática. Assim, por meio de ordenamentos jurídicos para que seja possível a execução das políticas públicas, como Brettas (2020, p. 227) pontua, que “além da Lei Orçamentária Anual (LOA), a CF 88 determina a criação do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”.

Cada ordenamento jurídico tem seu papel para a manutenção e execução das políticas públicas. Desse modo, “No PPA são estabelecidas as diretrizes, objetivos e meras do governo (nos âmbitos federal, estadual e municipal), por um período de quatro anos.” (Brettas, 2020, p. 228). Por meio deste plano são estabelecidos todos os programas que serão elaborados e precisam estar em consonância com os objetivos que foram postos através do PPA. Contudo, para que isso ocorra são necessários que sejam colocados os recursos que serão utilizados com precisão para onde e o que serão gastos, assim, tanto a LOA quanto a LDO necessariamente precisam estar de acordo com o que está posto no PPA.

A LDO tem como objetivo estabelecer diretrizes para elaboração e execução da LOA, funcionando como a ligação entre o PPA e o orçamento propriamente dito. Mas ela não se restringe a isso. Contribui para racionalizar e disciplinar as finanças públicas, além de apontar as prioridades definidas em um determinado exercício orçamentário. Em um de seus anexos, são estabelecidas as metas para a administração pública, como as de superávit primário e de crescimento econômico, por exemplo, em consonância com a orientação da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Brettas, 2020, p. 228)

Com isso, essas diretrizes do ordenamento jurídico também tratam de questões sobre como Brettas (2020, p. 228) pontua, “tratamento da dívida pública, orientando o pagamento de juros e encargos, emissão de títulos, dentre outros”. Ambas precisam ser apresentadas ao Executivo e aprovadas pelo Legislativo. Ainda de acordo com a autora:

A LOA diz respeito a três orçamentos: Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, que trata separadamente o orçamento das empresas estatais; o Orçamento da Seguridade Social, que envolve os recursos relacionados à saúde, previdência social, assistência social e trabalho; e o Orçamento Fiscal, no qual são computados todos os outros registros, que vão desde os gastos com a máquina

administrativa do Estado até a despesas com educação, energia, transporte, serviço da dívida, dentre outros. (Brettas, 2020, p. 229)

Após todos esses processos de elaboração dos programas, previsão e destinação do orçamento é necessário que após sua execução, para que essa conjectura passe para a Presidência da República. Para que neste momento, seja elaborado o documento de prestação de contas que é denominado de Balanço Geral da União (BGU) e que será revisto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo ele, segundo Brettas (2020), um órgão auxiliar do Legislativo, que por meio de um relatório anual descreve o que será aprovado, ou rejeitado.

Mesmo com todos esses avanços e mecanismo para a garantia dos direitos postos por meio da CF 88, todos esses processos descritos anteriormente ainda são desenvolvidos de forma incerta, com diversos desafios, como por exemplo a demora em que as leis sejam aprovadas e a débil destinação de recurso. No que diz respeito ao controle democrático, as dificuldades presentes são ainda maiores, pois se têm certas barreiras na apreensão dos dados para que se possa ter de fato a garantia e ampliação dos direitos.

Brettas (2020) aborda a questão das influências neoliberais na sociedade brasileira e a forma como o neoliberalismo atua na execução das políticas sociais. Estes deve ser entendido como uma forma de recuperação adotada pela burguesia. Dessa maneira,

O neoliberalismo no Brasil se consolidou como estratégia de dominação burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980, a qual teve como resposta um substantivo movimento pela democratização, a retomada da luta sindical e o surgimento de movimentos sociais importantes no campo e na cidade. (Brettas, 2020, p. 231)

Diante disso, este processo resultou na Constituição Federal de 1988 que expressa as diversas lutas sindicais e sociais que aconteciam durante aquele período, acarretando várias vitórias para a classe trabalhadora. Contudo, ainda havia um longo caminho a percorrer para que de fato esses direitos fossem garantidos e executados.

2.4 As particularidades do neoliberalismo no capitalismo dependente

A partir da década de 1970 alguns países da Europa e da América latina aderiram as ideias neoliberais que surgiam naquele momento. Alvarado (2023) explica como sendo um,

padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, que remonta a partir da crise estrutural do capital que começou em 1973-1974, ganhando força com a ascensão dos governos conservadores no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 do século passado, até os dias de hoje. (Alvarado, 2023, p. 27)

Ao serem implementadas, essas ideias colocaram em evidência o real interesse do capital e que não havia um devido comprometimento social por parte dele. Após essa implementação ocorreram diversas mudanças que marcaram a vida dos trabalhadores, como a diminuição dos salários e diversos ataques aos seus direitos. Alvarado (2023) apoiando-se em Amaral (2012) pontua que, nesta nova fase é possível identificar, de forma mais evidente, as condições de dependência dos países observando seus níveis e suas vulnerabilidades.

O "projeto de restaurador", que envolve a totalidade social, manifestado pelas exigências imediatas do grande capital, se viu resumido a três pilares: a "flexibilização" da produção e das relações de trabalho, a "desregulamentação" das relações comerciais e circuitos financeiros e a "privatização" do patrimônio estatal. (Alvarado, 2023, p. 125)

Além disso, segundo a autora, Osório (2004) explica que,

...trata-se de uma espécie de nova economia para o caso dos países periféricos, especialmente os latino-americanos, cujas determinações estão em processo de reestruturação produtiva rumo à ideia de especialização, o que a tornaria muito mais eficiente e produtiva. (Osório 2004 apud Alvarado, 2023, p. 126)

Faquin e Magro (2023) apoiando-se em Brettas (2017) explicam que, essas novas ideias que surgiram com o neoliberalismo desde os anos de 1970 destacam a relações de dependência. Dessa forma, ocasionam principalmente nos países da América Latina a adoção de uma política de ajuste fiscal, fazendo com que ocorra uma maior transferência de valor para os países centrais em detrimento dos países periféricos e, consequentemente, uma maior exploração dos trabalhadores. Com isso, o sistema de dívida pública vai adquirindo um novo perfil, assim,

... na medida em que há a necessidade de Estados dependentes provarem ao capital internacional que poderiam arcar com as dívidas

públicas adquiridas mesmo em momentos de crise — elementos que negam os clamores liberais por um “Estado mínimo”. Um arcabouço jurídico-político que potencializasse essas transferências via pagamento da dívida foi elaborado a fim de privilegiar esses compromissos em detrimento da destinação de recursos a outros fins — como as políticas sociais. (Faquin e Magro, 2023, p. 6)

Compreendendo que o Estado capitalista realiza sua manutenção, seja ela de seus projetos e de suas políticas, via fundo público. Assim, a criação e o colocar em ação das políticas sociais está diretamente ligado a reprodução do capital que se matem por meio deste sistema, no qual o Estado fica com o papel de supervisionar todo este processo.

De acordo com Lacerda, Pelegrini e Viana (2023), vários autores abordam pontos de vista diversos sobre a definição do que é/seria o neoliberalismo e a sua atuação em diferentes perspectivas, como em Harvey (2008) que traz a definição de neoliberalismo como,

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor [sic] promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre-comércio (Harvey, 2008, p. 12 apud Lacerda, Pelegrini e Viana, 2023, p. 35).

Já ao trazer o ponto de vista de Dardot e Laval (2017), que explicam que,

o neoliberalismo deve ser pensado enquanto um modo de governo no qual são centrais: i) a sujeição dos indivíduos à racionalidade neoliberal, por meio da educação, da propaganda ideológica e da disseminação da ideia de que a ordem do mercado seria inevitável; ii) a implementação de fato de uma certa normatividade jurídica dos negócios capitalistas, com o objetivo de fazer valer o princípio da concorrência onde ele não é a norma e expandir os mercados para quantas esferas da vida social forem possíveis. (Dardot e Laval 2017 apud Lacerda, Pelegrini e Viana, 2023, p. 36).

Já o neoliberalismo enquanto ofensiva de classe, eles trazem os trabalhos de Antunes que explica como esse ideário prejudica a classe trabalhadora de forma desigual. Os autores abordam esses distintos conceitos sobre o que é o neoliberalismo para que possamos entender que nele há diversas determinações: “a articulação de seus elementos — teoria normativa da sociabilidade, dispositivos de propaganda ideológica, desenho dos arranjos legais e jurídicos e, por último, a estrutura da acumulação flexível” (Lacerda, Pelegrini e Viana, 2023, p. 37). Para que

se possa também compreender como ele atua em contexto de dependência. Desta maneira,

De início, entendemos o neoliberalismo tanto como um sistema de acumulação quanto como uma ofensiva de classe, uma vez que levamos em conta que uma “solução” fundamental para a crise de lucratividade foi o desmantelamento do Estado de bem-estar e do sistema de garantias de proteção social e do trabalho. Afinal, somente com a retirada dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora durante o regime de acumulação fordista seria possível uma maior flexibilidade e mobilidade da força de trabalho, permitindo assim uma maior rotatividade, maior controle sobre o processo de trabalho, intensificação da jornada, aumento da exploração e, por conseguinte, o aumento das taxas de lucro. Além das privatizações, criação de mercados, fim de barreiras ao comércio internacional e liberalização geral da economia, o novo sistema de acumulação precisou também de uma nova regulamentação do trabalho. (Lacerda, Pelegrini e Viana, 2023, p. 37)

Ao abordamos esses conceitos e a forma geral como o neoliberalismo atua nos países dependentes, sua atuação ocorre de forma perversa à medida que as economias dependentes consistem da expropriação do sob trabalho, com o intuito de compensar o valor que é transferido para os países centrais. É o que vem ocorrendo no contexto da sociedade brasileira. Nessa relação, há uma flexibilidade no trabalho informal que acarreta em mudanças nas políticas providenciarias.

Com isso, pretendemos argumentar que a neoliberalização e a precarização do trabalho, fenômenos universais do capitalismo contemporâneo, se manifestam de uma forma específica nos países dependentes em razão da superexploração da força de trabalho. Mais especificamente ainda no caso do Brasil, devido a nossa estrutura produtiva apoiada no setor de serviços — resultado da aclimatação de uma economia dependente após um processo de desenvolvimento industrial abortado —, as consequências dessa combinação neoliberalização-precarização-superaloação se manifestam muito claramente no setor informal e no setor de serviços, por meio da expansão de empregos nos serviços por conta própria, com diferentes graus de informalidade. (Lacerda, Pelegrini e Viana, 2023, p. 44)

Ainda assim as ideias neoliberais trouxeram,

... transformações neoliberais que exigiram transformações no Estado promoveram sob o neoliberalismo a fragmentação sindical, a segmentação produtiva e a desarticulação da proteção social, incentivando o individualismo e fortalecendo a política assistencial como tendência generalizadora. (Fidelis, Alvarado Branca 2024, p. 16)

Com isso, segundo as autoras as interferências do neoliberalismo na América Latina trouxeram novas configurações para a assistência e proteção social, fazendo com que os serviços sociais em sua maioria fossem privatizados. Ademais,

O neoliberalismo, ao metamorfosear a “questão social” (ou seja, ao transformá-la em uma questão privada) e ao implementar a contrarreforma do Estado, vem impactando na reprodução social e da classe trabalhadora nos últimos 40 anos, principalmente através das contrarreformas das políticas sociais: laborais, previdenciárias, assistenciais e de saúde. (Fidelis, Alvarado e Branca 2024, p. 18)

2.5 As políticas sociais no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo

De acordo com Souza (2016), alguns autores que estudam e debatem sobre as políticas sociais, entendem que “a política social se consolida enquanto uma ação sistemática do Estado no reconhecimento dos direitos de cidadania política e social da classe trabalhadora” (Souza, 2016, p. 48).

Ademais, as políticas sociais surgem através das demandas provenientes das reparações da questão social para suprir, como a autora pontua, as necessidades sociais mediante as contradições existentes entre capital e trabalho. Souza (2016) sustentando-se em Boschetti (2009) explica que, entre os anos de 1920 a 1930 alguns países latino-americanos estabeleceram algum tipo de sistema de segurança social. Contudo, esses sistemas ainda eram muito frágeis, se levar em consideração os que haviam nos países centrais.

Não havendo cobertura desse sistema de proteção social para todos os trabalhadores da América Latina, assim,

E mesmo a parcela que, em alguma medida, se beneficia dos sistemas de segurança também está inscrita num processo desigual de apropriação do fundo público. Pois o caráter subordinado das economias dependentes na sua vinculação com o imperialismo coloca a dependência econômica em patamares extremos via criação e perpetuação da dívida pública. Aqui o fundo público é sempre desigualmente dividido entre os gastos sociais e o pagamento da dívida, sendo que esta última tem prioridade absoluta. Reverbera daí a não garantia, pelo Estado, dos níveis mínimos de proteção social ao conjunto da classe trabalhadora que possam mediar de maneira menos opressora os interesses conflitantes. (Souza, 2016, p. 56)

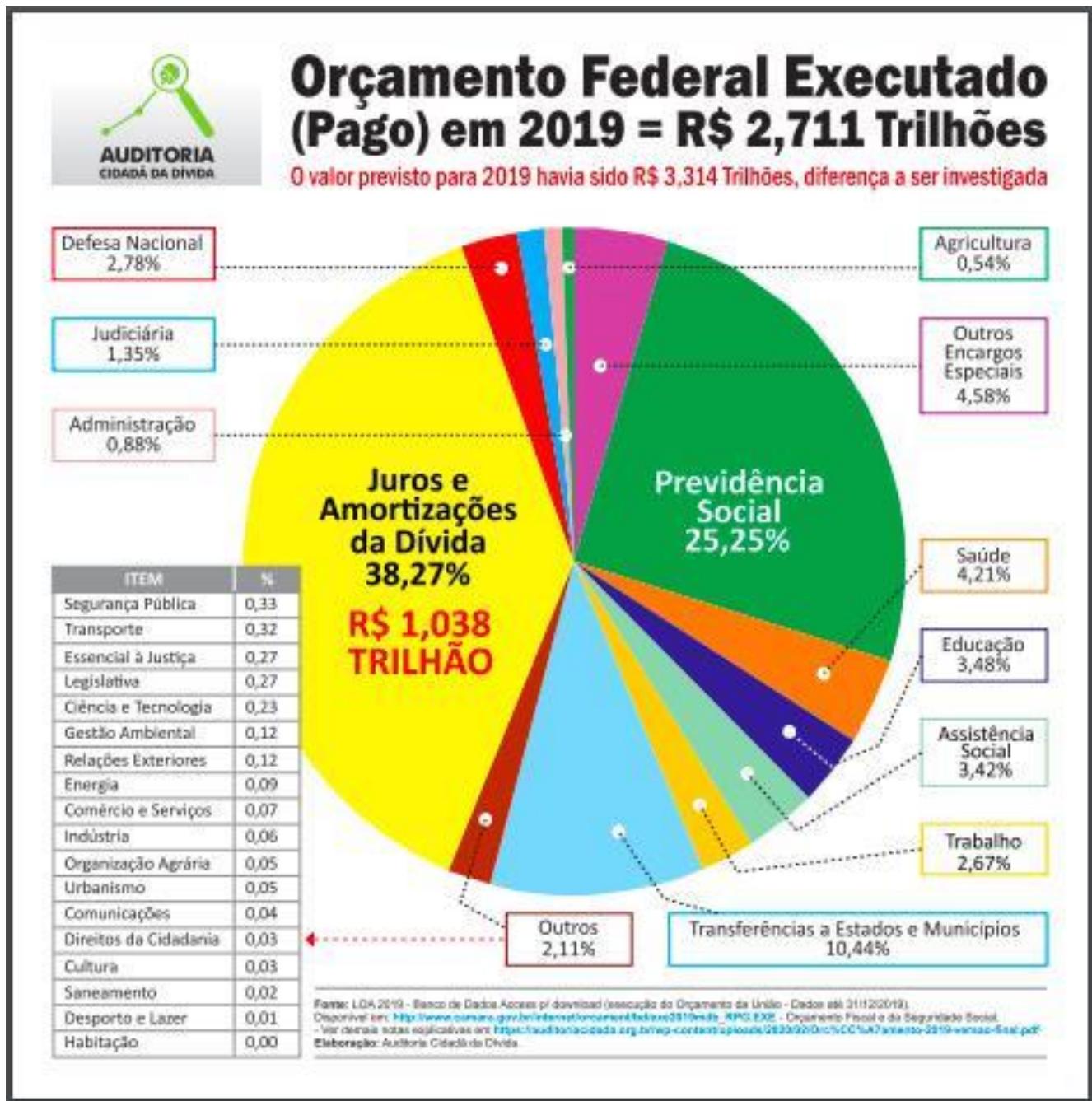
Souza (2016) traz alguns dados obtidos por meio dos estudos da CEPAL (2013) que comprovam a dura realidade do funcionamento das políticas sociais nesses países:

... os gastos públicos na maioria dos países da América Latina e do Caribe não chegam a 15% do PIB em 2010, sendo que Argentina, Brasil e Uruguai alcançaram pouco mais de 20% e apenas em Cuba este gasto chegou a 40% do PIB. Estes números sustentam os indicadores das taxas de pobreza e indigência que alcançam 28,2% e 11,3%, respectivamente, da população latina. No campo esses números se agravam ainda mais e chegam a 48,6% e 28,2%, respectivamente, da população camponesa latino-americana. (Souza, 2016, p. 56)

Ao observar os gastos públicos brasileiros fica evidente que a prioridade do orçamento total da União é voltada para o pagamento da dívida pública. Os valores chegam a sobressair o que é arrecadado e que deveria ser destinado para as políticas sociais. “Além disso, temos uma carga tributária que cresce a cada ano e oscila entre 20 a 30% do PIB brasileiro, que são destinados a seguridade social.

Como é demonstrado em dados apontados pela auditoria cidadã em comparação com os anos de 2019 e 2020:

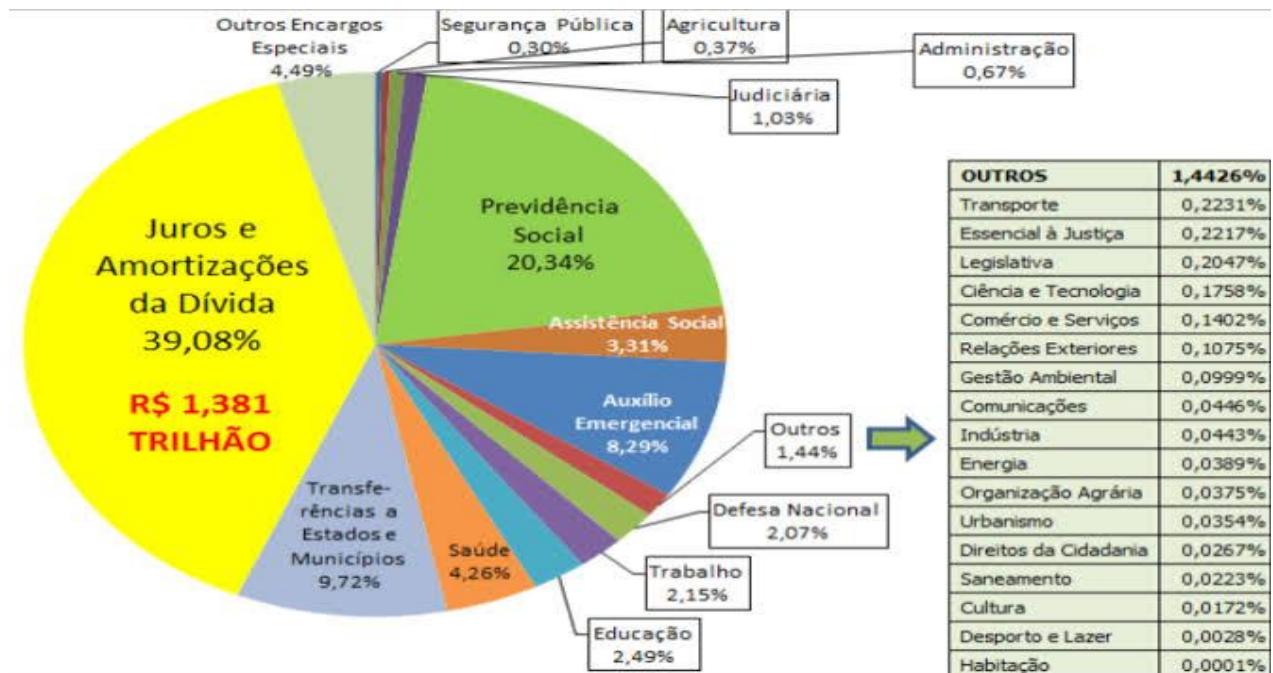
Imagen 1. Despesa Geral da União em 2019¹



Fonte: Auditoria Cidadã da dívida.

1 Dados e informações disponíveis no site < <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/>> nos detemos apenas em utilizar a tabela de dados que consta sobre a disparidade da dívida pública com relação as políticas sociais.

Imagen 2. Despesas Gerais da União de 2020²



Fonte: Auditoria Cidadã da dívida.

É por meio desses dados que conseguimos identificar as disparidades do que é destinado as políticas sociais ao pagamento da dívida pública e que interferem diretamente na economia e na sociedade brasileira. Souza (2016), acrescenta que:

Mesmo uma breve análise do Orçamento Brasileiro mostra claramente que a drenagem do excedente econômico para a valorização do capital. Esta realidade resguarda as particularidades da sociedade brasileira, mas por também se assentar nos marcos da dependência e da superexploração, elementos estruturantes do capitalismo sui generis latino-americano, reflete também a tendência que, nos marcos do neoliberalismo, concretiza-se em todo o continente, que é a da disputa do orçamento para políticas sociais na contramão da constante sangria dos recursos sociais para a valorização do capital. (Souza, 2026, p. 57).

Além disso, Faquin e Magro (2023) complementam que,

Essas são as marcas gerais que assentam o funcionamento do sistema de proteção social no Brasil, que acumularam “distorções”

² Dados e informações disponíveis no site <<https://auditoriacidada.org.br/nucleo/o-impacto-da-dívida-publica-no-estado-brasileiro/>> nos detemos apenas em utilizar a tabela de dados que consta sobre a disparidade da dívida pública com relação as políticas sociais.

ao longo do tempo: seu financiamento regressivo e parco com relação à quantidade de impostos arrecadados pelo Estado; sua intervenção pautada na capacidade contributiva dos cidadãos e sua fragilidade redistributiva. (Faquin e Magro, 2023, p. 9).

Ao observar o progresso brasileiro ao longo da história é possível perceber que mesmo com as transformações que ocorreram nos empregos os salários dos trabalhadores ainda estavam em baixa e não correspondiam ao valor necessário para a manutenção da vida desses trabalhadores. Processo esse acentuado pela pauperização da maioria da população, com aumento das desigualdades e ainda marcado por características do contexto de dependência latino-americana.

Com o avanço da instituição da Constituição Federal de 1988 (CF/88), ocorreram algumas conquistas significativas para o povo brasileiro, contudo, o cenário no qual isso ocorreu era de fortes traços da dependência do país pelo avanço das ideias neoliberais que restringia a atuação do Estado. Assim, não havendo de fato uma rede de proteção social concreta.

De forma simultânea à expansão desse receituário, leis complementares — como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) — foram sancionadas, de modo que diferentemente dos países centrais que apresentavam rede de proteção social estruturadas, no Brasil essa tentativa de estruturação foi paralela à imposição dos ditames neoliberais. (Faquin e Magro, 2023, p. 10)

Com a criação dessas novas legislações sociais é que foi possível que o Estado atuasse de forma a possibilitar um avanço, mesmo que mínimo, das políticas sociais, com isso:

Não obstante a CF/88 tenha aberto fissuras no engessado e restrito sistema de proteção social brasileiro ao assentá-lo nos princípios da universalização, da seguridade social e na perspectiva de direito em contraponto à benesse, esse período coincide com a emergência da hegemonia neoliberal em todo o globo, cuja dinâmica expressa o enfraquecimento da concepção de um Estado Social em defesa do Estado mínimo.

Assim, estamos diante de um contexto de que ao mesmo temos avanços com a implementação da CF/88 e a garantia de direitos básicos para a população. Além disso, temos alguns retrocessos e impedimentos na efetivação desses direitos, visto pela conjuntura econômica do modo de produção capitalista que se apresentava naquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos conhecimentos obtidos por meio deste trabalho, pensando sobre a relação do Estado e da Dependência latino-americana com relação as políticas sociais e a atuação estatal nesses países e em especial na sociedade brasileira, nos trouxeram conceitos fundamentais sobre o desenvolvimento da sociedade e dá economia na América Latina.

Conceitos esses que mostram a trajetória histórica, tanto econômica quanto social por meio da TMD. Levando em consideração os autores que trabalham o centro dessas questões, explorando como se deu o processo de uma formação social dependente, demonstrando como o desenvolvimento econômico dos países de economia central influenciaram na forma como os países como os da América Latina tem atualmente suas economias subdesenvolvidas.

Essa influência não somente trouxe modificações para a economia, mas também, para o âmbito social desses países, na forma como se utilizavam da força de trabalho desses trabalhadores dos países periféricos, sendo superexplorados, com salários que não conseguem suprir o básico para sua sobrevivência, com a adoção de ideias neoliberais, defendendo a privatização daquilo que era do povo, que por consequência, aumentou os índices de subdesenvolvimento e exploração da classe trabalhadora.

É nesse contexto de perdas para classe trabalhadora que entra a importância de um devido financiamento para efetivação correta das políticas sociais, tanto nos países da América Latina como um todo. Assim como também, no Brasil para que sejam efetivados os direitos dos trabalhadores conquistados através de muitas lutas ao passar dos séculos, que apesar das conquistas, estão sofrendo retrocessos ao longo dos anos, com cortes nas principais políticas, de saúde, assistência, educação e previdência.

Este trabalho foi pensado no intuito de demonstrar a relevância das políticas sociais para a manutenção da vida da classe trabalhadora, a qual mantém viva a lógica do modo de produção capitalista. Nesse sentido, sem um devido financiamento dessas políticas, não há como garantir que os direitos da classe trabalhadora sejam de fato efetivados e que para o Estado e o Capital sejam vistos como um mero “gasto” e os trabalhadores como apenas a “peça de uma máquina” que pode ser trocada, para mostrar que a realidade é diferente que sem garantia de direitos não há como manter o povo.

REFERÊNCIAS

- ALVARADO, Mariangel Sánchez. **Assistência Social na América Latina:** uma análise a partir das características gerais do desenvolvimento histórico das formações social no capitalismo dependente. UFAL - Maceió - AL, 2023.
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Tradução Francisco Rego Chaves Fernandes – Primeira Edição - Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1976.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social.** São Paulo: Cortez Editora, 1.ed. 2021.
- BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, Consequência, 2020.
- CARRARO, Delciane; PAIVA, Beatriz Augusto de; SEK, Tereza Cristina Mitsuo. **Estado e Capitalismo Dependente:** Notas Sobre sua Processualidade. Espírito Santo. ENPESS, 2018.
- CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquiles; SAKAMOTO, Tamiris Yuri. **Economias dependentes latino-americanas no capitalismo contemporâneo:** Problemas e desafios do capital produtivo em Marini e Caputo. Crítica Revolucionaria. 2022
- DINIZ, Beatriz Rodrigues. **A condição da Política de Assistência Social no capitalismo dependente.** UnB. Brasília. 2020.
- FAQUIN, Evelyn Secco. MAGRO, Amanda Letícia. **Capitalismo dependente e as políticas sociais brasileiras:** política de assistência social em questão. Serv. Soc. Soc.v146(3). São Paulo. 2023.
- FIDELIS, Thays, NASCIMENTO, Adriano, NUNES, Elaine (Org.). **Economia, Política e dependência:** contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Maceió, Edufal, 2020.
- FIDELIS, Thays; ALVARADO, Mariangel Sánchez; BRANCA, Ayelén. **O neoliberalismo na América Latina:** 40 anos de impactos na classe trabalhadora. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147. 2024.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência:** problemas categorias – uma visão histórica. 1.ed. - São Paulo. Expressão Popular, 2018.
- LACERDA, Gabriel do Carmo; PELEGRIINI, Isadora; VIANA, Henrique. **Neoliberalismo, superexploração no Brasil contemporâneo e desafios da classe trabalhadora.** Revista Princípios nº 166 jan./abr. 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder; tradução de Fernando Correa Prado – 2. ed. Rev. Ampl. - São Paulo, Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina.** V.8, n.1, p. 48 – 60, jan./abr. Vitória (ES). Argumentum. 2016.

SILVA, Alessandro da. **O problema da efetividade do trabalho no contexto do capitalismo dependente.** USP. São Paulo, 2019.

VARGAS, Tatiana Prado. **Particularidades da formação do capitalismo brasileiro:** polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil. Cadernos cemarx, nº5 - 2009.

VITALE, Luis. **Modos de producción y formaciones sociales en América latina.** In: Introducción a una teoría de la historia para América Latina. Planeta – Buenos Aires – 1992. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitale/2lvc/02lvchistsocal0008.PDF> Acesso em: 12 dez. 2023.